



CORPO

GÊNERO

E SEXUALIDADE

E-BOOK

CAROLINA SOBREIRA CESAR
MARCELO PARAÍSO ALVES

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	03
2 FOUCAULT E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES	05
3 EDUCAÇÃO E PÓS ESTRUTURALISMO	10
4 TEORIA QUEER E SEUS PRESSOPOSTOS	13
5 EDUCAÇÃO FÍSICA E OS ANOS INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL.....	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabendo que a escola, na sociedade atual, é marcada por múltiplos conflitos e tensões que influenciam o processo de ensino e aprendizagem: inovações tecnológicas, diversidade de comportamentos, novas configurações familiares, novos papéis sociais, diversidade religiosa, cultural, étnica, movimentos sociais, resultando em comportamentos alterados e violentos dos alunos (COLLING, 2009), percebemos a necessidade de criar espaços para debates privilegiando a temática de Gênero e Sexualidade.

A escolha pela referida temática se deve por considerarmos o espaço escolar diverso, pois influenciado pela rede sociocultural em que está imersa, se configura como um local significativamente relevante para a discussão referente aos direitos humanos, inclusão e respeito às diferenças, de maneira a sensibilizar estudantes, professores e outros membros escolares entorno do debate sobre o papel que a referida instituição desempenha em prol desta questão. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, criado em 2007 pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos é um reflexo das questões que norteiam tal discussão sobre as violações dos direitos humanos nos âmbitos civil, político, social, econômico, cultural e ambiental.

É relevante ressaltar que documento menciona a importância da educação no desenvolvimento do homem e suas atitudes na busca de uma cidadania plena. E apresenta a escola como importante espaço de formação e ações pedagógicas direcionadas para a prática dos direitos humanos.

O referido documento explicita que nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. Ao considerar a escola como um espaço de formação, pressupõe reconhecê-la como um espaço plural e de alteridade, pois deverá perspectivar “condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da

criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade” (BRASIL, 2007, p. 31).

Porém, a escola, mesmo sendo um espaço adequado para refletir sobre os direitos humanos, ainda não está conseguindo realizá-lo. Uma causa desse fracasso seria a falta de profissionais capacitados para debater assuntos como prevenção a drogas, violência, sexualidade e ética.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) propõe que o docente inclua este conteúdo nas diretrizes curriculares para que se torne um elemento relevante aos alunos e estimule a discussão sobre temas como gênero e identidade, orientação sexual, religião e raça.

Nesta linha de pensamento, cabe ressaltar que a sociedade está influenciada por um imaginário colonial moderno que se caracteriza por seu caráter hegemônico, monocultural e hierarquizante, pois emerge como uma referência ou modelo de comportamento: homem, branco, católico, heterossexual, dentre outros. Este modelo impacta a sociedade concebendo aquele que se encontra sob outro registro como sendo o “outro”, o diferente, o estranho, o anormal. Diante do exposto cabe refletir: Como a escola pode se tornar um lugar de diálogo sobre a diversidade e os direitos humanos?

Pensando no questionamento supracitado este material didático em formato de e-book tem como objetivo, discutir uma proposta de intervenção pedagógica, tendo como centralidade as questões de Gênero e Sexualidade fundados na Teoria Queer.

Na intenção de atingir o objetivo proposto, optamos por apresentar as seguintes discussões: Primeiro, as contribuições dos estudos de Foucault para a educação; Segundo, pós-estruturalismo e educação; Terceiro, os pressupostos da Teoria Queer; Quarto, vivências corporais, tensões e conflitos do cotidiano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

2 FOUCAULT E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES

O poder sobre o homem foi um fenômeno que se manifestou por meio de procedimentos e técnicas utilizadas em algumas configurações institucionais (COSTA E BOZZ, 2011) e, a partir daí, começou a agir sobre a vida e o comportamento dos indivíduos de forma isolada ou em grupo, para formar, dirigir e modificar sua conduta.

Não existe teoria do poder, mas relações de poder que se transformam e estão em constante mudança. Foucault (2010) faz uma análise ascendente do poder e busca compreender como se articula essa rede que parte do poder regional até o centro, o poder máximo, o estado. Tal análise se dá por meio de três vertentes: Na primeira vertente, o descentramento do poder, o autor acredita que o poder advém de todos os lugares e está em todas as situações de luta.

O poder não precisa ser entendido somente de uma maneira de dominação totalizante e centralizada aplicada a diversas áreas da sociedade. Ele também pode funcionar por meio de redes de dispositivos que perpassam toda vida social sem que nenhum indivíduo fique fora de sua ação. Não se percebe um poder central, mas é feito de forças, relações de força (DELEUZE, 1996).

A segunda vertente aponta para sua produtividade, em que a verdade se torna um conjunto de regras que difere o certo, o errado e as consequências dessa comparação. A verdade aparece, então, como um mecanismo de poder.

Por fim, o seu alvo: o corpo, que nada mais é do que um objeto real e vivo e que durante muito tempo caiu em esquecimento, mas, atualmente, se tornou foco de cuidados e estudos, além de um elemento constituinte da cultura.

Para Foucault (1997) o poder emerge de técnicas ou dispositivos de controle. A primeira delas surgiu no século XVII e mostra a possibilidade de dominar o corpo fazendo com que lhe é determinado por uma força maior. É a **disciplina** que fabrica corpos submissos em que o indivíduo é o fruto de uma realidade/verdade produzida, buscando a exploração e adestramento e concentrando-se na sua utilidade. Esse

mecanismo tem no corpo a centralidade no individual que separa, analisa e diferencia. (FOUCAULT 1997, p.131).

Os controles reguladores aparecem no século XVIII com outra técnica, porém sem excluir o poder da disciplina. Tal procedimento se deu em um momento em que a sociedade passava por problemas de higiene e epidemias e que a saúde da população começava a se abalar.

Assim, os controles reguladores têm sua ênfase nos processos instaurados no corpo, sendo este submetido desde o nascimento à morte, por meio de processos cotidianos: a cor da pele, a classe social, o gênero, a sexualidade, dentre outros.

Tais variáveis emergem como processos reguladores sociais tendo como foco central: o biopoder, aquele em que a morte não é mais um símbolo do poder, mas a vida e seu gerenciamento calculista como mecanismo de normalização da sociedade. A partir desse fato, se inicia a administração dos corpos juntamente com o poder disciplinar.

Por se preocuparem com a vida e seus processos, os controles reguladores não se manifestam como lei, porque lei e morte possuíam uma relação direta. É a norma, a partir daí, que se destaca, sendo imposta de uma maneira mais formal pelo estado como uma maneira de controlar a vida da população. Tal procedimento, Foucault (2010) denomina: **normalização**.

Esses dois mecanismos promovem a coesão social e ajudam na manutenção do sistema capitalista, dando início a algumas medidas políticas para controle e manutenção das tecnologias sobre os corpos de uma população: **a biopolítica do poder**.

A referida política estabelece o controle e o acesso ao corpo individualizando-o e tornando possível a regulação a partir de investimento político que passa a ser orientado pelas taxas de natalidade e fluxos de doenças (FONSECA, 2012). Um bom funcionamento da economia capitalista dependia da dominação política dos corpos.

Michel Foucault teve muita influência na discussão sobre o conceito de biopolítica, principalmente a partir do século XVIII, inserindo esse conceito no contexto da dinâmica política moderna e atual. Para o autor não se trata mais de disciplinar o corpo, se trata da vida dos homens, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, ao homem-espécie.

Mas, afinal, o que é norma? Para Foucault (2010) norma é tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar como a uma população que se deseja regulamentar. É uma regra construída para determinar um padrão, mesmo não sendo imposta como lei: no caso específico desta pesquisa: a sexualidade.

Para o autor, a sociedade normalizadora tem em sua essência o poder centrado na vida no sentido da necessidade de manter um corpo saudável por meio de discursos positivos e estratégias de higiene. Neste momento, o corpo passa a ser tornar o foco do poder ficando como responsabilidade não só do estado, mas também do indivíduo.

Do discurso e das verdades produzidas em torno do corpo sadio surgiram as questões sobre os prazeres do corpo, sexo e o desejo.

Michel Foucault (2014) diz que a cultura de si se apoia no princípio de que é necessário o cuidar, ocupar-se consigo organizando a prática e o desenvolvimento do sujeito e deve começar o mais cedo possível.

Propõe o cuidar de si em formas gerais como a maneira de se comportar durante a vida, estabelecendo práticas e procedimentos que eram desenvolvidos e ensinados na prática social, estimulando as relações entre os sujeitos e suas trocas de conhecimento (FOUCAULT, 2014).

Para o autor, tanto as relações de amizade, família ou de obrigação quanto a escola e a existência do ensino eram suporte social da cultura de si, porque quando um sujeito precisa de conselhos ou lições do outro, este deve se sentir apto a fazê-lo.

O exame de consciência também faz parte do cuidar de si, segundo Foucault (2014), porém não possui o efeito de julgamento. Ele ajuda a analisar um

determinado acontecimento sem a culpa e sem punição, tendo em mente a reflexão de um fracasso para seguir uma conduta correta.

Atrelado a isso, o autor apresenta a necessidade de se pensar as representações e filtrá-las como uma maneira de exercício sobre o conhecimento de si de modo que se uma representação surge em nossa mente, traz consigo uma carga de discriminação, pelo meio canônico, separando o que é dependente de nós do que não é. Logo, aquilo que não nos agrada se torna motivo de rejeição e repulsa ou de desejo.

E partindo deste pressuposto, ele acredita que é importante perceber que o sujeito deve buscar nas suas relações consigo o que lhe é sugerido como finalidade do processo da cultura de si que se apoia em uma dominação exercida sobre tais relações sob os moldes jurídicos e políticos (FOUCAULT, 2014, p. 70).

Essa posse não é uma força soberana exercida sobre outra força revoltada. Ela também se encontra no prazer que se tem consigo, de quem se aceita como é e se conforma com isso. Tal prazer está intrínseco a cada sujeito e foge ao controle do poder que reprime.

Diante disso, o autor acredita que a sociedade burguesa e moralista exerce sua força sobre o homem, relacionando sua sujeição aos critérios éticos e estéticos e estabelecendo padrões, como maneira de garantir a dominação, apoiado em fragilidades, fugas e revoltas.

As práticas referentes aos prazeres sexuais sofrem diferenciações e fazem parte de conexões com o que é considerado inadequado ao sujeito e as verdades produzidas passam a interferir no desenvolvimento das relações sociais.

O aumento dos discursos sobre o sexo e produção de verdade que foi utilizada por cristãos entre os séculos XVI e XIX, passou também pelo campo científico, onde se criou um controle rigoroso sobre o sexo e as subjetividades (COSTA; BOZZ, 2011).

A ciência normalizou alguns discursos sobre condutas e desqualificou outros para que os sujeitos produzissem verdades sobre si mesmo. Mas é no fim do século XVII que a sexualidade surge como um dispositivo para estimular os corpos e

intensificar o prazer, se tornando “um precioso exemplo de como relacionam sujeito e poder, de como são criadas estratégias de sujeitar o indivíduo e, mais do que isto, fazê-lo sujeitar-se” (ELMIR, 1992, p.27).

Sobre o que implica na relação do dispositivo com os viventes, Giorgio Agamben (2009) aponta o dispositivo como qualquer coisa que seja capaz de capturar, orientar, determinar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos viventes. Costa e Bozz (2011) corroborando com o autor apontam o dispositivo como de natureza estratégica, um caso de manipulação e intervenção das relações de força a tal ponto de sustentar tipos de saber e ser sustentado por eles.

Porém, mesmo a sexualidade se aplicando ao corpo, ao prazer e às relações entre os indivíduos, percebe-se o sexo funcionando como um dispositivo disciplinar que classifica e se torna uma estratégia de poder e regulação: heterossexual, homossexual, bissexual, dentre outros.

Por fim, é relevante mencionar que as políticas de inclusão só serão, de fato, realizadas, quando todos estiverem juntos no mesmo lugar, sem comparação, sem ordenamento e sem exclusão.

3 EDUCAÇÃO E PÓS ESTRUTURALISMO

Ao aprofundar os estudos sobre o tema corpo, gênero e sexualidade, percebemos a corrente pós-estruturalista se configura como contribuição a discussão que se apresenta neste material didático. O pós-estruturalismo se caracteriza como um modelo de pensamento que expressa uma tendência à superação da perspectiva de análise encontrada no estruturalismo, possibilitando uma postura filosófica que permite diferentes formas de posicionamento frente à realidade social (GALLO, 2006).

Nessa perspectiva a realidade é considerada uma construção do sujeito no seu ambiente social sem existir discursos neutros pré-estabelecidos. E, assim, como os estruturalistas, destacam a importância dos processos históricos e culturais na construção social da subjetividade.

Porém, rejeita e tenta desconstruir a concepção de sujeito ahistórico, possibilitando pensar em suas experiências vivenciadas nos diferentes momentos, o que oportuniza a formação de novas identidades que nos define.

O pós-estruturalismo, ou também chamado pós-modernismo, é uma forma de interpretação da história que inicialmente teve seu termo utilizado no campo das artes para depois se destacar nas ciências humanas.

No movimento feminista, que teve início no século XIX, auxiliou na luta das mulheres por igualdade de direito e status perante os homens e a maneira de se colocar na história (SARTI, 2004), já que por muito tempo foram consideradas incapazes e inferiores aos maridos que as tratavam com agressividade. Logo, para saírem da invisibilidade e do espaço considerado secundário, foram em busca de respeito.

A autora ressalta que o movimento feminista deu à temática da sexualidade e autoestima da mulher um lugar de destaque quando o foco das discussões era o contato humano e suas relações íntimas. E nos anos 80 passou a ser questionado por grupos feministas lésbicos sobre a normalização heterossexual.

No Brasil, o feminismo teve força na década de 1970 sob o aspecto da identidade da mulher em relação ao seu aspecto sexual na cultura e na sociedade (SARTI, 2004). Porém, seu destaque se deu com a resistência à ditadura e na luta contra a opressão e a desigualdade de gêneros, introduzindo a questão da subjetividade.

A socialização, que o exercício da sexualidade demanda, está intimamente relacionada à maneira como as relações de gênero estão organizadas dentro de um contexto (HELBORN, 2002). Homens e mulheres são modelados de várias formas pelas múltiplas socializações que um indivíduo experimenta como família, escola, amigos e trabalho. E o uso do corpo é construído de acordo com as ideias dominantes de cada sociedade e suas normas referentes à sexualidade, ao gênero e suas concepções no processo de ensino-aprendizagem, nos mostrando, sem surpresas, a dominação da representação masculina.

No campo educacional, encontramos uma lógica disciplinar que apresenta um modelo universal e objetivo de conhecimento tornando-o válido e verdadeiro.

Tal lógica escolar acarreta consequências na pesquisa em educação, deixando-a a mercê do disciplinamento dos saberes exercido pelo estado. Para Foucault (2010) foi no século XVII que essa disciplinarização se deu por meio de quatro procedimentos básicos: desqualificação e seleção; normalização; hierarquização; centralização piramidal.

No primeiro movimento – desqualificação e seleção - os saberes foram selecionados em um processo de eliminação. Depois, passaram a ser normalizados, tornando-se comunicáveis uns com os outros. Em seguida, foram classificados hierarquicamente dos mais específicos e materiais e os considerados subordinados e gerais. Finalizando com a centralização piramidal da seguinte maneira: controle, seleção, transmissão e organização dos saberes.

Todo esse processo de disciplinarização dos saberes terá como consequência a conformação do perfil moderno da universalidade como instituição que os classifica e legitima e a constituição da comunidade científica (forma de controle que se exerce pela disciplina e tem a ciência como poder regulador).

É no final do século XIX que se inicia seu encerramento. O filósofo que se destaca nesse movimento é Nietzsche, que faz uma crítica ao uso da razão tomada como absoluta e mostra que conhecimento é vida e é ligado ao mundo. Ele coloca os procedimentos de universalização e objetividade do conhecimento moderno numa posição delicada (GALLO, 2006).

Educação e pós-modernidade são permanentes fontes de discussão e desacordo. A sonhada igualdade e homogeneidade perspectivada pela modernidade deu lugar à diferença. E a escola, que era pensada como um modelo padronizador, agora está diante da invasão do respeito às diferenças que invadem o seu cotidiano. Neste sentido, como será o seu papel social frente às novas configurações políticas e culturais que se desenharam nas últimas décadas?

As correntes do pós-estruturalismo e do pós-modernismo influenciaram as teorias e pesquisas nos campos das ciências humanas e sociais em educação no Brasil. E, articulado a essas correntes, temos as chamadas teorias pós-críticas em educação, em constante mudança, que em suas pesquisas atribuem vários sentidos às questões educacionais.

Tais correntes seguem várias linhas e suas problematizações, se utilizando de uma linguagem que sofre influência da chamada “filosofia da diferença”, que aqui neste estudo emerge por meio dos estudos de gênero e multiculturais: a Teoria Queer (LOURO, 2008).

4 TEORIA QUEER E SEUS PRESSOPOSTOS

A convivência com leis, normas e preceitos jurídicos e religiosos de caráter discriminatórios com quem demonstra afeto por alguém do mesmo sexo não pode se tornar algo comum em nossa sociedade. É preciso colocar as questões em torno da sexualidade e gênero no foco das discussões, principalmente no ambiente escolar para que práticas e discursos homofóbicos sejam mais conhecidos e, conseqüentemente, combatidos.

Desta maneira, professores estão cada vez mais receptivos aos estudos pós-estruturalistas e, a partir dos interesses educacionais apresentados pelos alunos, buscam abordar a sexualidade e o gênero em sala de aula fazendo, então, uma análise dos modelos de comportamento e discurso, que em sua maioria, são controlados de maneira invisível e silenciosa e demonstrados por gestos tidos como “tolerantes” que inicialmente acolhe as diferenças de gênero e sexualidade, mas que no final insiste no pensamento de que cada um precisa estar no seu devido lugar, ou seja, somos iguais, porém diferentes.

Mas o que caracteriza gênero e sexualidade? Donna Haraway (1995) e Linda Nicholson (2000) *apud* Louro (2007) trazem uma compreensão do que é gênero. A primeira apresenta um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta, fazendo referência às condições que permitiram o aparecimento das mulheres como um novo sujeito na história. Já Nicholson diz que os sentidos, a atribuição de significados e valores dos corpos mudam de acordo com o tempo e a comunidade que esses corpos estão inseridos. A Bíblia busca no tempo a explicação para a questão do gênero, pois o corpo só passou a ter importância, se tornando causa e justificativa das diferenças, com o passar dos anos.

Ao considerar somente as características físicas como fonte das distinções e não as mudanças que acontecem na forma de existência e exercício do poder entre homens e mulheres é um equívoco, pois a identificação que se dá a um corpo vai depender do contexto cultural em que o indivíduo está inserido, por meio das

linguagens e valores que tal contexto dispõe e adota, respectivamente (FOUCAULT, 1997).

Muitas vezes, por causa do agenciamento da vida dos indivíduos pelo estado, através de seu poder, aqueles considerados anormais ou fora do padrão estipulado pela norma sofrem preconceitos e constrangimentos relacionados a seu corpo, desejos e pensamentos passando por um processo de exclusão e, em alguns momentos, violento. E mesmo hoje, numa sociedade dita moderna, onde qualquer assunto é abordado e discutido supostamente de uma forma natural, em que os direitos e deveres são conhecidos por todos, mesmo algumas vezes sem exercê-los de forma correta e que se diz livre de preconceitos, vemos um grande discurso de contestação do poder, por grupos conhecidos como minorias que apresentam grande resistência à biopolítica e ao modelo repressivo exercido pelo estado.

Foucault no livro a *História da Sexualidade: a vontade de saber (2014)* assume que a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo podendo ser visto como um tipo de formação que, num determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. Logo, as discussões e estudos sobre gênero e sexualidade os colocam numa posição de extrema relação com o poder, em que ele se faz e nas diversas direções que é exercido, pois o poder centralizado é repressivo.

Ao assumir uma perspectiva pós-estruturalista, talvez seja necessário não seguir tabelas de categorias fixas e quadros classificatórios, pois quando o estudo, neste caso sexualidade e gênero, segue o conceito da ótica dos estudos culturais admitindo deslizamentos, não consegue se encaixar em nenhum registro.

As minorias, que são grupos organizados e politizados a fim de questionar e lutar contra todas as formas de preconceito e de regulação impostas ao homem de uma forma geral, buscam superar o modelo totalitário que busca homogeneizar.

Gays, negros e mulheres são exemplos desses grupos que se uniram com um propósito de combater toda forma de regra, conduta e valores previamente impostos e que padronizam as múltiplas formas de perceber e viver o mundo. Buscam discutir a pluralidade cultural e sexual, já existente de forma silenciosa,

procurando intervir no contexto social na intenção de conquistar respeito, liberdade e igualdade de direitos sociais, econômicos, políticos.

A Teoria Queer se apresenta como uma corrente teórica e metodológica que busca estudar e intervir junto a esses grupos. Ser Queer significa ser excêntrico, ser estranho, ser o que a maioria não é, e ser feliz (PORTINARI, 2015).

No entanto, a expressão supera tal noção, pois para Louro (2008) Queer, de uma forma pejorativa, serve para grupos homofóbicos classificarem homens e mulheres homossexuais.

O referido termo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1990, e traz consigo uma carga negativa aos olhos da sociedade atual, mas que para gays e lésbicas e/ ou simpatizantes da orientação homossexual serviu para definir um grupo disposto a lutar contra a normalização que é imposta ao homem desde o século XIX.

É com o intuito de romper com a forma de controle e dominação, por meio da análise crítica e da desconstrução dos discursos sobre a normalidade, que se apoiam os teóricos Queer quando passam a questionar a regra, o normal e os binarismos conceituais, que segundo Jacques Derrida (1972) *apud* Louro (2008), estão presentes na lógica ocidental, pois buscam visibilizar as violências e injustiças sofridas pelo descumprimento das normas e convenções sócio-culturais.

A intenção é demonstrar que os sujeitos, o considerado normal, e aquele subjulgado como desviado se tornam dependentes. Trata-se, então, do binarismo: Heterossexualidade/ Homossexualidade.

Judith Butler (1999), uma das mais destacadas teóricas Queer, afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos. Tais normas precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que a materialização, de fato, aconteça. Contudo, ela acentua que os corpos nunca se conformam, completamente, com as normas que lhe são impostas.

Afirmar ou negar a identidade de cada um sempre irá depender do outro e de como sua diferença ou semelhança será recebida pelo outro. Então, a interdependência de sujeitos se torna indispensável, pois é a partir daí que se constrói um limite. E desse limite surgirão novas formas de contestação da norma, a

desconstrução de conceitos e, então o surgimento de novas práticas sociais e novas relações entre os sujeitos.

E como se aplica essa teoria na área da Educação? Como a teoria Queer rompe com a normalização no cotidiano escolar? É possível pensar para além dos binarismos e repensando a sexualidade, os gêneros e as corporeidades em uma perspectiva dinâmica?

A intenção não é impor a ideia Queer e seus pressupostos, mas questionar o que é considerado ideal, buscando uma nova produção de sujeitos que não sejam quadrados ou pré-moldados, mas capazes de compreender as diferenças e seu processo de produção na construção do eu. E nessa construção, perceber que para que o eu exista, ele precisa do outro e suas peculiaridades, como afirma a teoria pós-estruturalista quando discute identidade e diferença e os processos de produção social que envolve as relações de poder.

A utilização do termo diferença, neste caso, faz referência ao conceito de transformação social e das relações de poder que existem entre os sujeitos. Um pouco diferente do termo diversidade, muito utilizado no âmbito educacional, que segundo Miskolci (2015), é ligado à ideia de tolerância ou convivência (Miskolci, 2015, p.15).

Para o autor, na perspectiva da diferença, a relação com outro nos permite reconhecer que este faz parte de nós, além de valorizá-lo da maneira como ele (a) é.

Assim se constitui a pedagogia e o currículo Queer, dando à discussão da diferença, do eu com o outro, uma posição de destaque no âmbito educacional e desconstruindo o processo que irá tornar alguns sujeitos normalizados e outros marginalizados, evidenciando a heteronormatividade e demonstrando a necessidade da discussão das normas sociais regulatórias para garantir a identidade sexual legitimada (LOURO, 2008).

Na escola, os temas sexualidade e o gênero são introduzidos aos alunos (as) pelo professor de Ciências, quando o conteúdo é o corpo humano, mas o que acontece, além da parte física e estrutural, não os é apresentado, justamente porque a escola segue padrões tradicionalistas, canônicos e normalizadores, nos quais o estudante é moldado numa regra e, caso saia dessa maneira quadrada, poderá fugir

ao controle da instituição. Porém, não podemos continuar fechando os olhos para o crescimento das minorias e os inúmeros movimentos sociais, culturais, étnicos, entre outros, que reivindicam seus direitos.

Esses grupos, suas lutas e marchas em prol do respeito e da dignidade nos são mostrados praticamente todos os dias, por muitos meios midiáticos como a televisão, o rádio e grande parte pela internet que chegam ao público quase instantaneamente. E os alunos (as), por estarem conectados praticamente 24 horas por dia com o ambiente virtual recebem muitas informações ao mesmo tempo e de várias maneiras, não conseguindo filtrar e pensá-las com criticidade, passando a ser simplesmente reprodutores de atitudes e hábitos por modismo ou por revolta.

Neste contexto, a participação do professor no processo é fundamental para que o aluno se sinta acolhido e também livre, independente de qual seja sua orientação sexual.

Acredita-se que, o profissional com grande potencial para exercer tão importante função, debater problemáticas e ampliar os espaços de discussão no cotidiano escolar, podendo assumir enredado ao currículo das diversas disciplinas, um papel mediador para transversalizar o diálogo sobre o gênero e a sexualidade, seja o professor de educação física, porque se trata de um profissional que possui maior proximidade e respeito dos alunos (as), além de uma linguagem mais atualizada, dinâmica e contextualizada para lidar com o tema. Através de atividades que estimulam a vivência corporal e suas discussões é possível trabalhar o tema sexualidade e gênero de forma prazerosa e contextualizada e assim colaborar com o processo de construção da identidade dos sujeitos e ainda ajudar outros docentes e equipe pedagógica a desenvolver o tema com maior segurança e clareza.

5 EDUCAÇÃO FÍSICA E OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

No Brasil, a Educação Física é um componente curricular obrigatório na Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) no seu artigo 26, parágrafo terceiro, porém, em alguns estados e municípios não exige, por lei, a obrigatoriedade de um profissional habilitado na área de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No dia sete de Janeiro de 2016 foi aprovada, pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a lei 7195/16 que dispõe sobre docência em Educação Física, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do Estado Rio de Janeiro. Tal documento apresenta três artigos:

Art. 1º – A docência em Educação Física na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, será exercida exclusivamente por professores de Educação Física licenciados em nível superior (Lei 7195 de 07 de Janeiro de 2016).

Art. 2º – As escolas estaduais, municipais e particulares deverão se adequar ao disposto nesta Lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de sua publicação (Lei 7195 de 07 de Janeiro de 2016).

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação (Lei 7195 de 07 de Janeiro de 2016).

Como apresentado no parágrafo segundo, as escolas terão até o ano de 2018 para se adequarem a esta lei. Até o prazo final ainda fica facultativo aos estados e municípios, via instituição escolar, a opção pelo profissional a realizar as aulas de Educação Física, podendo ser o professor formado em Educação Física ou o próprio professor com formação em Pedagogia, segundo o parecer nº 16/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O referido problema ocorre porque a Educação Física não é considerada por alguns diretores e pedagogos um componente curricular, em relação às ações

pedagógicas dentro da escola, causando uma exclusão da mesma em relação as outras áreas do conhecimento ensinadas e sua conseqüente desvalorização.

Meurer e Pereira (2005) apontam que a importância da Educação Física, no âmbito escolar, pode estar relacionada à questão da visão de um indivíduo fragmentado em que as ações cognitivas apresentam-se independentes das motoras.

Tais autores corroboram o pensamento de Neto (2001) sobre o movimento e aprender-se a movimentar que, de forma prazerosa, é um instrumento de motivação que ajuda o aluno nas séries iniciais do Ensino Fundamental, desde que a aula seja previamente planejada, pois nesta fase da vida a criança passa por inúmeras transformações e influências do meio externo, podendo sofrer algum tipo de preconceito ou violência dos colegas de classe durante o período da prática das atividades físicas.

A escola é o lugar onde a criança vivencia situações de grupo que não está acostumada, pois deixa de ser o centro das atenções e passa a dividir suas experiências com outras crianças que lhe dará base para seu desenvolvimento ao longo da vida.

Durante seu crescimento dentro do contexto escolar, tais experiências cognitivas, afetivas ou motoras são aprimoradas por meio de jogos, atividades e exercícios vivenciados nas aulas de Educação Física, daí sua importância no âmbito educacional (RODRIGUES, 2005), além de auxiliar o aluno a compreender o que acontece a sua volta.

Nesta perspectiva, Silva et al (2011) argumentam que o brincar, além de buscar o prazer, se refere ao jogo simbólico em que as crianças testam e experimentam os diferentes papéis na sociedade e, com isso, desenvolvem suas habilidades linguísticas, cognitivas e sociais.

Segundo a autora, nos anos iniciais a prática do movimento é um dos caminhos que faz com que a criança consiga compreender suas habilidades para então adaptá-las a outras atividades que exerce dentro ou fora do ambiente escolar.

E corroborando esta afirmativa, Etchepare (2000) diz que a Educação Física deve desenvolver no aluno a consciência da importância do movimento humano, suas causas e objetivos, criando condições para que este possa vivenciá-lo de diversas maneiras.

Para o autor, uma atividade bem direcionada oportuniza ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades de maneira correta, fazendo desta criança um adulto detentor de um conhecimento corporal e capaz de expressar seus sentimentos e emoções por completo.

Desta maneira, o trato pedagógico desta ferramenta emerge da cultura corporal de movimento (BRACHT; ZULIANI, 2002; VAGO, 2009), pois considera as múltiplas formas de expressão corporal.

Para isso, é preciso que os profissionais de Educação Física que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental tenham consciência das atividades a serem executadas, da sua importância na escola e, conseqüentemente, na vida dos seus alunos (as). Além da elaboração de um planejamento bem organizado, com a definição de conteúdos a serem trabalhados que estejam de acordo com a faixa etária e as necessidades referentes à cultura que a comunidade escolar está inserida.

Incentivar as crianças a se manterem ativas e a praticarem exercícios, por meio de brincadeiras jogos e outras atividades dentro e fora da escola é a forma do professor de Educação Física, principalmente nos anos iniciais, conquistar a visibilidade que merece, bem como garantir melhor qualidade de vida aos seus alunos (as). Desta forma, é possível que os resquícios de uma educação física voltada para desenvolver corpos fortes e saudáveis que busca resultados imediatos sejam, enfim, questionados e que uma cultura corporal de movimento seja introduzida a partir dos anos iniciais do ensino fundamental.

O envolvimento dos sujeitos atuantes no cotidiano escolar se faz necessário para que todos reconheçam a importância da Educação Física para os alunos (as) e que sua realização seja viável com a obtenção de materiais e um local adequado para que as práticas corporais sirvam de auxílio para o desenvolvimento integral da criança.

É na prática, na vivência do cotidiano escolar que o professor de Educação Física consegue compreender e acompanhar o desenvolvimento dos seus alunos (as).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda assistimos aos diferentes tratamentos àqueles que não são como a maioria. O desprezo, a classificação, o julgamento e o preconceito acontecem em todo momento e em qualquer lugar, gerando uma discussão sobre a postura que passamos a assumir quando a questão afeta a cada um de maneira isolada.

Experimentar prazeres e novos desejos é questão da sociedade e da cultura, portanto se torna relevante discutir os modos como se regulam e normatizam os sujeitos, sejam eles de diferente gêneros, raças ou classe.

Considerando os estudos desenvolvidos, percebemos que a construção de gênero e sexualidade perpassa questões históricas, sociais e culturais que, segundo a teoria pós-moderna, têm uma importante contribuição na construção da subjetividade.

O pensamento dominante de cada sociedade e suas normas referentes à sexualidade, ao gênero e suas concepções no processo de ensino-aprendizagem nos mostram a maneira como se desenvolveu a construção do uso do corpo desde o século XVIII e que, até os dias atuais, prevalece como norma.

A escola, local em que percebemos a presença do poder do estado e pensada por meio de normas e padrões a serem seguidos, agora se depara com as diferenças que invadem o seu cotidiano e começa, de fato, a se tornar um espaço de transformação social.

A teoria Queer se apresenta como a representação das diferenças e tem como pressuposto lutar contra as normatizações e os padrões da sociedade, por meio de discursos sobre a sexualidade contribuindo na formação de alunos (as) mais esclarecidos e críticos.

Nesta perspectiva a busca do diálogo tem fundamental importância durante as aulas, bem como a valorização do interesse coletivo e das experiências dos alunos, principalmente aquelas que não são ditas por medo de julgamentos. Diante

disto, cabe aos docentes identificar e desconstruir os discursos de neutralidade que se encontram dentro e fora dos muros da escola.

Sendo assim, esperamos que este material sirva como apoio para os professores de Educação Física dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de Barra Mansa para desenvolverem atividades pedagógicas e corporais que abordam a temática de Gênero e Sexualidade. E que, por meio destas atividades, possam ajudar seus alunos (as) a identificar, compreender e respeitar as diferenças existentes no cotidiano de cada escola.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. Revista Teias, v. 4, n. 7, p. 8, 2007.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003 e 2007. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/ CEB. Parecer nº 16/2001. Brasília, de 03 de julho de 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Dispõe sobre a docência em educação física, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do estado Rio de Janeiro, lei nº 7195 de 07 de Janeiro 2016.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogia da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

CAPARROZ, Francisco Eduardo. O esporte como conteúdo da educação física: uma “jogada desconcertante” que não “entorta” só nossas “colunas”, mas também nossos discursos. Perspectivas em Educação Física Escolar, Niterói, v.2, n.1, p. 31-47, 2001.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. In: Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 391-411, abr./jun. 2011.

COLLING, Ana Maria. Relações de Poder e Gênero no Currículo Escolar. In Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: Editora FURG, 2009.

COSTA, D. P. da; BOZZ, A. F. C. Corpo E Discurso: a noção de biopoder em MichelFoucault. Revista Panorâmica Multidisciplinar, nº12, p. 78-88. Barra do Garças, 2011

DARIDO, Suraya. Educação Física de 1a. a 4a. série: quadro atual e as implicações para a formação profissional em educação física. Rev. Paul. Educ. Fís, supl. 4, p.61-72, 2001.

ELMIR, Cláudio. Notas sobre o conceito de “poder” e a perspectiva teórico-metodológica no pensamento de Michel Foucault. *Revista Logos*, Canoas, Unisinos, v. 4, n.2, pp. 25-29, jul/dez. 1992.

ETCHEPARE, Luciane Sanchonete; PEREIRA, Érico Felden; ZINN, João Luiz. Educação física nas séries iniciais do ensino fundamental. *Revista da Educação Física/UEM*, v. 14, n. 1, p. 59-66, 2008.

FERRAÇO. Carlos Eduardo. *Eu, caçador de mim*. In: Garcia, R.L. (Org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro, 2003.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. *Pesquisa com o cotidiano*. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 98, p. 73-95, 2007.

FONSECA, J. Normalização e Biopoder na obra de Michel Foucault. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre*, 2012.p.75-90.

FOUCAULT. Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)*. SP: Ed. Martins Fontes. 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 1 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. 1 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. 1 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)/ Michel Foucault; tradução, Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais : curso no College de France (1974-1975)/Michel Foucault: tradução Eduardo Brandiio*. - Sao Paulo: Martins Fontes. 2001.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis. 41ª ed. Editora Vozes, 2015

FRAGA, Alex Branco Corpo, *identidade e bom mocismo – cotidiano de uma adolescência bem comportada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Educação física nos primeiros anos do ensino fundamental brasileiro*. *Revista Digital – Buenos Aires – Año 10 – nº90*, 2005.

GALLO, Sílvio. *Modernidade/pós-modernidade: tensões e repercussões na produção de conhecimento em educação*. *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 3, p. 551-565, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. "Corpos na cidade: sedução e sexualidade". In: VELHO, Gilberto. Antropologia urbana-. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade, gênero e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008

_____. Um corpo estranho - ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade / Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos : Tomaz Tadeu da Silva – 3 . ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MEURER A. C.; PEREIRA, E. F. Epistemologia da prática pedagógica na Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental. Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital, Buenos Aires, Año 10, nº 84, maio. 2005. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2015.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. rev e ampl., 2. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

NETO, C. A motricidade como expressão do desenvolvimento da criança: algumas notas históricas e pedagógicas. Livro anual da Sociedade Internacional para Estudos da Criança. Florianópolis: UDESC, 2001.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro, 2003.

PORTINARI, Denise. A Gentrificação do Queer e as intensificações do biopoder. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis: UFSC, 2015.

_____. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. Cadernos de pesquisa, v. 34, n. 122, p. 283-303, 2004.

RODRIGUES, Catalina González. Educação Física infantil: motricidade de 1 a 6 anos. São Paulo: Phorte, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. 'O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória'. In Revista Estudos Feministas p.35-50, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>- Acesso em: 28/03/2015.

SILVA, Viviane Sabino de. et al. A importância da Educação Física Escolar no desenvolvimento motor de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Visão dos responsáveis. Lecturas Educación Física y Deportes. Buenos Aires, v. 16, 2011.